

Considerações fenomenológico - existenciais sobre as relações entre filosofia e psicoterapia

*Existential-phenomenological considerations on the
relationship between philosophy and psychotherapy*

DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/ek.2014.14078>

Prof. Dr. Roberto Novaes Sá
roberto_novaes@terra.com.br
Universidade Federal Fluminense

Partindo de um exame das representações cotidianas mais correntes de filosofia e de psicoterapia, este artigo discute, sob uma perspectiva fenomenológico-existencial, as possíveis relações entre a filosofia e a psicoterapia. Argumenta-se que o projeto da psicoterapia moderna contém uma ambiguidade essencial. Se, por um lado, a psicoterapia é vista como ciência aplicada, como técnica psicológica, por outro, permanece o pressuposto tácito de que a psicoterapia diz respeito à existência humana na sua essência irreduzível às objetivações neurológicas ou psicológicas. A partir dessa ambiguidade, abre-se o campo de consideração sobre as possibilidades de relação entre a psicoterapia e a filosofia. Além do modo mais comum de entender essa relação como colaboração entre disciplinas, consideramos a possibilidade de uma relação mais essencial e antiga entre psicoterapia e filosofia como modos de cuidado da existência.

PALAVRAS-CHAVE fenomenologia existencial. Heidegger. psicoterapia

From an examination of the most common everyday representations of philosophy and psychotherapy, this article discusses, from a phenomenological-existential perspective, the possible relationship between philosophy and psychotherapy. It is argued that the modern psychotherapy contains an essential ambiguity. If, on the one hand, psychotherapy is seen as applied science, as psychological technique, on the other, remains the tacit assumption that psychotherapy has an intimate link to human existence in its essence irreducible to neurological or psychological objectifications. From this ambiguity it is opened the field on the possibilities of relationship between psychotherapy and philosophy. In addition to the most common way to understand this relationship as collaboration between disciplines, we consider the possibility of a more essential and ancient relationship between psychotherapy and philosophy as modes to care of existence.

KEYWORDS existential phenomenology. Heidegger. psychotherapy.

A psicoterapia como psicologia aplicada e como cuidado da existência

Para pensar sobre as relações entre psicoterapia e filosofia é preciso perguntar antes sobre a nossa compreensão de psicoterapia e de filosofia. A representação usual que se faz sobre psicoterapia recai no plano da ciência aplicada, seria a aplicação técnica de uma disciplina científica, a psicologia. A filosofia, por sua vez, excetuando-se a lógica e a epistemologia, seria um conhecimento teórico especulativo, sem base empírica, uma visão de mundo. Permanecendo no nível dessa representação mediana, as relações entre elas seriam circunstanciais, não necessárias e até, eventualmente, prejudiciais para a psicoterapia, pois poderiam representar uma ameaça de regressão a uma compreensão pré-científica da mesma. A emancipação da psicologia, enquanto disciplina científica, de suas origens filosóficas, só foi possível graças à objetivação científico natural da alma como funcionamento mental, primeiro em sentido neurofisiológico e, posteriormente, neurolinguístico (Cf. FERREIRA, 2006). A objetivação científico-natural de um fenômeno implica fixar a representação daquilo que lhe é essencial no âmbito da determinação causal. O conhecimento das causas e o estabelecimento de funções calculáveis que expressem as variações nas relações entre causas e efeitos, permitem a intervenção e o controle técnicos sobre os fenômenos assim objetivados. Os extraordinários avanços da medicina derivados da compreensão biológica da vida humana exemplificam essas possibilidades abertas pelo conhecimento técnico-científico.

No início do século XX, a psicoterapia começou a ganhar um estatuto de técnica científica a partir desses avanços do conhecimento médico biológico sobre o funcionamento mental e dos comportamentos interventivos que lhe acompanham. Mas há nesse projeto histórico de construção de um saber científico sobre a existência humana e de sua aplicação técnica enquanto psicoterapia, uma ambiguidade essencial que nunca se desfaz. O que está em jogo neste saber e em sua aplicação técnica não é o mesmo tipo de problema da medicina orgânica em geral, nunca se trata de uma mera dor fisiológica, de um problema do corpo, do cérebro ou de um suposto sistema de energias psíquicas. Os sofrimentos sobre os quais recai o foco da psicoterapia estão intrinsecamente relacionados ao sentido mesmo e à liberdade da existência. Ou seja, a possibilidade de uma solução psicológica técnico-científica para os problemas pertinentes ao espaço psicoterapêutico, destruiria de fora e *a priori* a experiência de si em que esses problemas têm a sua realidade própria. Como um paciente que está deprimido porque não vê sentido em sua vida e o médico lhe diz que é um distúrbio

dos neurotransmissores cerebrais e que uma medicação irá sanar o problema. O paciente toma o remédio e efetivamente se sente mais animado, por outro lado, este resultado significa que seus sentimentos e sua existência são apenas o resultado do funcionamento químico do seu cérebro e não têm nenhum sentido para além disso, o que reforça radicalmente sua experiência de depressão (Cf. POMPÉIA, 2004, p. 179-190). A ambiguidade óbvia deste lugar – em que para tratar de um sofrimento que advém da ameaça de perda da liberdade e da condição de sujeito precisamos objetivar este sujeito para descobrir as causas de sua alienação, confirmando assim a ameaça – não se desfaz facilmente e continuamos, ainda hoje, fortemente instalados nela. Seria apenas uma dificuldade epistemológica? A persistência dessa ambiguidade no âmbito das práticas psicoterapêuticas seria apenas um erro sanável por esforços intelectuais? Ou ela poderia dizer respeito ao nosso próprio modo de ser e à dificuldade de nos apropriarmos dele? E, que relação isso poderia ter com a filosofia?

Antes de seguir na reflexão sobre os sentidos de filosofia e suas relações com a psicoterapia, convém nos determos um pouco mais na consideração sobre esse lugar ambíguo das psicoterapias atuais. Por que haveria ambiguidade em uma prática profissional que se propõe a resolver um problema específico e possui uma técnica adequada para isso? Se alguém possui uma compulsão de lavar seguidamente as mãos, uma fobia de locais apertados ou outros comportamentos socialmente não adaptados, pode procurar um psicólogo para diagnosticar as causas desses comportamentos e empregar técnicas para extingui-los ou modificá-los. Trata-se de problemas psicológicos se suas causas não forem materiais, se não se encontrarem em lesões cerebrais ou disfunções neuroquímicas, mas estiverem no âmbito das associações de ideias e afetos, isto é, no plano das programações implantadas no sistema físico a partir das interações com o meio. Alterações no conteúdo e em seus nexos associativos produzirão como efeito modificações na cognição e no comportamento. Como e porque questionar a legitimidade de uma abordagem objetiva de problemas tão específicos e bem delimitados em sua natureza como concernentes à prática psicoterapêutica. Esses procedimentos técnico-profissionais já demonstraram na prática algum grau de eficácia (embora muito mais limitado do que se tende a propagandear) e são reconhecidos pela comunidade científica e leiga pela denominação de “psicoterapias”. Não é a nossa intenção aqui elaborar alguma definição exaustiva de psicoterapia ou propor mudanças de terminologia. Também de um ponto de vista ético, seria difícil, reduzindo o problema a esses termos, questionar a legitimidade de atender a demandas específicas e objetivas de usuários de psicoterapia, empregando recursos técnicos adequados às finalidades demanda-

das. Não vemos, portanto, motivos epistemológicos ou éticos para questionar a configuração histórica atualmente assumida pelas práticas psicoterapêuticas, no sentido de querer excluí-las ou redefini-las. O problema que se coloca com a reflexão sobre as relações entre clínica e filosofia, não é o de uma crítica positiva à psicologia como disciplina científica ou às técnicas psicoterapêuticas como psicologia aplicada. Há, sim, uma intenção crítica que se dirige a um problema crucial que deve ser bem compreendido. Trata-se da pretensão de superioridade deste modelo técnico-científico de saber, de sua instalação histórica como via privilegiada de acesso à verdade dos entes e da exclusão ou despotencialização de tudo aquilo que não pode ser nivelado por suas medidas. Entendemos que esse problema seja crucial para a discussão sobre a psicoterapia, não porque os procedimentos técnicos, no sentido de ciência aplicada, devam ser corrigidos, ignorados ou excluídos do espaço psicoterapêutico, mas porque, quando eles se tomam pela própria medida desse espaço e desalojam outras possibilidades essenciais de compreensão e cuidado da existência, mutilam o significado mais próprio de psicoterapia e perdem eles mesmos a dimensão de sentido a partir da qual podem ter a sua utilidade e o seu lugar legítimo.

Os pressupostos científico-naturais necessários ao estabelecimento da psicoterapia como conhecimento técnico científico excluem outros pressupostos que subjazem tacitamente à experiência de sofrimento que demanda cuidado psicoterapêutico. E, isso não acontece em um sentido de correção terapêutica desses pressupostos da experiência comum, que levaria a uma dissolução e uma libertação do sofrimento pelo reconhecimento de seu caráter ilusório. Ao contrário, a destruição científico-natural do sentido imanente à experiência vivida, por sua derivação determinístico-causal, se pode em um primeiro momento fornecer um alívio anestésico pelo afastamento das responsabilidades próprias e pelas promessas de soluções objetivas, conduz, obrigatoriamente, a longo prazo, à cronificação do sofrimento e à alienação cada vez maior com relação às possibilidades de libertação.

[...] todas as explicações causais-genéticas, psicodinâmicas, degradam sempre o conjunto dado de fenômenos imediatos a algo meramente derivado, não autêntico, até irreal. Por mais que as suposições racionais das nossas psicologias nos ensinem uma manipulação hábil da “psique” humana, o dano que causa a desrealidade por ela provocada, será necessariamente maior, num sentido essencial, de que seu possível proveito. Por isso,

para nós psicoterapeutas, nada se apresenta mais urgente, do que desistir de uma vez por todas, e com toda sinceridade, de sempre decompor o ser humano com a ajuda de teorias psicológicas. (BOSS, 1988, p. 25)

O sofrimento humano nunca é objetivável, não existe parâmetro algum de comparação com a disfunção de um sistema determinístico causal, seja de natureza orgânica ou mecânica. Há uma diferença ontológica radical entre o fenômeno da dor fisiológica, tal como objetivada pela biologia, e a experiência humana de sofrimento. Isso pode ser facilmente percebido se compararmos o sofrimento produzido pela dor de um parto desejado, considerada alta em uma escala de medida fisiológica, e uma dor de pequena intensidade do ponto de vista fisiológico, mas que seja sintoma de uma doença terminal. Qual delas produz maior sofrimento? A experiência de sofrimento é um fenômeno próprio a um horizonte de sentido e não a uma realidade natural simplesmente dada. O sofrimento não tem uma determinação causal como a dor física objetivada, ele possui uma motivação, um sentido, que emerge de uma experiência de si e do mundo, na maioria das vezes de modo irrefletido. Quando operamos alguma intervenção objetiva para sanar um sofrimento, como, por exemplo, um analgésico que suspende a dor física, o uso e a eficácia da intervenção parecem confirmar a suposta realidade simplesmente dada experiência, mesmo que o sofrimento seja apenas temporariamente adormecido. Neste caso, não nos acercamos do âmbito próprio ao qual pertence a natureza do sofrimento. Objetivações psicológicas do sofrimento que trabalham com hipostasias do modo de ser do homem como aparelho psíquico, estrutura de personalidade, sistemas dinâmicos de energias psíquicas etc., também não logram uma aproximação própria da experiência. Essas tentativas de uma abordagem clínica com pretensões científicas continuam com a atenção aprisionada a construções hipotéticas e apriorísticas, cuja motivação essencial está muito mais ligada à necessidade de controle e evitação que faz parte da dinâmica interna à experiência do sofrimento, do que à sua compreensão própria.

Se o sofrimento é um fenômeno imanente à experiência vivida e irreduzível às objetivações científicas ou do senso comum, que buscam explicá-lo através de causas naturais transcendentais a essa experiência, podemos compreender a aproximação histórica, ocorrida a partir de meados do século passado entre a clínica psicoterapêutica e a filosofia fenomenológica. Os psiquiatras suíços Ludwig Binswanger e Medard Boss foram os pioneiros na elaboração de uma

compreensão clínica mais rigorosa e apropriada aos fenômenos de sofrimento humano a partir dos pensamentos filosóficos de Edmund Husserl e Martin Heidegger. Segundo Boss:

[...] bem antes de tomar conhecimento do pensamento “daseinsanalítico” de Heidegger, Binswanger tinha percebido os limites do procedimento que consistia em aplicar à psiquiatria, o método de pensamento próprio das ciências naturais. Em particular os trabalhos do psiquiatra parisiense Eugene Minkowski, influenciado por Bergson, tinham despertado sua atenção. Entretanto, foi necessário para Binswanger a forte impulsão do pensamento heideggeriano para demonstrar, com uma precisão espantosa, até que ponto a psiquiatria que prevalecia até então, estava carente de bases sólidas. Ele a recriminava por ter tomado emprestado, inconsiderada e arbitrariamente, a totalidade de seus conceitos fundamentais das disciplinas científicas mais diversas entre as quais, a neuropsicologia, a biologia, antropologia ou simplesmente da linguagem falada cotidianamente. (BOSS; CONDRAU, 1997, p. 25)

A perspectiva psicoterapêutica empreendida por Binswanger e Boss parte, portanto, de um movimento crítico com relação à abordagem psiquiátrica que conjuga, segundo eles, elementos das representações científicas e do senso comum para construir um modelo explicativo totalmente inadequado e estranho ao modo de ser próprio do existir humano. A originalidade e radicalidade deste passo desconstrutivo só é possível pela atitude fenomenológica de suspensão do mundo natural e do sujeito empírico como simplesmente dados e do retorno da atenção às coisas mesmas, isto é, aos fenômenos tal como eles se abrem no campo imanente da experiência imediata. Essa conversão radical do plano das explicações causais para o plano do sentido existencial é a condição inicial de possibilidade para uma aproximação psicoterapêutica mais própria do fenômeno do sofrimento.

O pensamento filosófico de Heidegger e a psicoterapia

O documento literário mais importante que resultou da parceria entre Boss e Heidegger foram os protocolos dos seminários realizados pelo filósofo durante um período de dez anos, de 1959 a 1969, para um grupo de médicos e estudantes de psiquiatria convidados por Boss. Estes protocolos foram posteriormente editados sob o título de “*Seminários de Zollikon*” (HEIDEGGER, 1987/2009). No prefácio à primeira edição dos *Seminários*, Boss relata sua surpresa diante da rápida e solícita resposta de Heidegger quando, em 1947, sem conhecê-lo, arriscou uma carta ao filósofo, solicitando ajuda intelectual para compreender seu pensamento. Diz o médico que somente anos mais tarde, em conversa pessoal, pode entender a verdadeira motivação de Heidegger para atender prontamente ao seu pedido (HEIDEGGER, 1987/2009, p. 13):

Um dia, o próprio Heidegger confessou que desde o início tivera grandes expectativas da ligação com um médico que parecia compreender seu pensamento. Ele via a possibilidade de que seus *insights* filosóficos não ficassem limitados às salas dos filósofos, mas pudessem beneficiar um número muito maior de pessoas e, principalmente, pessoas necessitadas de ajuda.

Essa possibilidade de aproximação do seu pensamento filosófico com a prática de um psicoterapeuta, não deve ser entendida como algo acidental ou circunstancial. Para Heidegger, a verdadeira ajuda terapêutica não deve se dirigir ao mau funcionamento de algo, mas, sempre, à existência do ser-aí (*Dasein*). Filosofia e psicoterapia se aproximam em seu interesse comum pelo cuidado da existência humana:

O homem é essencialmente necessitado de ajuda, por estar sempre em perigo de se perder, de não conseguir lidar consigo. Este perigo é ligado à liberdade do homem. Toda a questão do poder-ser-doente (*Krankseinkönnens*) está ligada à imperfeição (*Unvollkommenheit*) de sua essência. Toda doença é uma perda de liberdade, uma limitação da possibilidade de viver. (1987/2009, p. 197-198)

O sofrimento psíquico, em particular, deve ser compreendido a partir do modo de abertura do ser-aí, isto é, a partir dos sentidos daquilo que lhe aparece e se lhe demanda no âmbito dessa abertura. É própria ao ser-aí humano a dificuldade de suportar o aberto da existência e a tendência para se desviar de si mesmo, deixando-se absorver irrefletidamente nas ocupações do mundo. Essa dificuldade e esse desvio implicam a presença tácita do anseio, do medo e, portanto, do sofrimento como aspectos constitutivos da vida comum cotidiana. As condições denominadas psicopatológicas não são senão uma realização mais radical dessas possibilidades próprias da existência mediana.

Como diz Safranski (2000/2005, p. 472), “Para Heidegger não há ruptura entre enfermidade e normalidade”. Comportamentos diagnosticados pela psicopatologia como compulsivos ou depressivos, por exemplo, devem ser compreendidos, no horizonte histórico do moderno mundo da técnica, como uma intensificação de aspectos essencialmente constitutivos desse horizonte. A psicoterapia não cuida de sofrimentos estranhos à vida comum ou de possibilidades de ser que só dizem respeito aos estados patológicos, ao contrário, é a existência em sua essência própria que demanda cuidado, pois aquilo mesmo que permite sua realização como liberdade e serenidade, também a expõe sempre ao risco do desvio, do esquecimento e da absorção no mundo. Longe de implicar uma psicologização da vida cotidiana, essa continuidade entre o normal e o patológico resgata a dimensão de liberdade e sentido que o senso comum e a ciência moderna tendem a alijar das experiências de sofrimento.

Como afirmamos inicialmente, o surgimento da psicoterapia moderna se deu no mesmo horizonte de nascimento e afirmação da clínica médico-científica e se inscreveu, em certa medida, no mesmo modelo. Há, no entanto, desde este surgimento histórico, uma tensão essencial que coloca constantemente a clínica médica como referência de contraste, a partir da qual a psicoterapia busca, recorrentemente, seu espaço de diferença e seu movimento de singularização. Apesar das representações modernas sobre a psicoterapia como técnica aplicada a partir de um saber científico, persiste na compreensão mediana usual uma ideia difusa de que a psicoterapia tem algo a ver com amadurecimento, autonomia, mudança de vida em sentido mais amplo, e não apenas com resolução pontual de sintomas. Ainda que não tematizada e obscurecida pela ambiguidade constitutiva das representações comuns, essa intuição tácita de que o âmbito da psicoterapia diz respeito à própria existência, enquanto modo de ser do homem, preserva, para além das representações científicas modernas, um elo entre as práticas psicológicas clínicas contemporâneas e as tradições filosóficas e espirituais de cuidado de si.

Não se trata, como já tentaram as psicologias de cunho humanista, de resgatar a essência humana do rebaixamento a que ela foi submetida pela ciência, pregando alguma nova hipostasia da alma. A compreensão da existência como ser-aí (*Dasein*) não pode ser apreendida como conceito universal ou valor *a priori*. Feita esta ressalva, nossa hipótese é de que o espaço da psicoterapia preserva, no contemporâneo, ainda que atravessado de ambivalências e raramente elaborado de modo próprio, a experiência de articulação essencial entre conhecimento e existência, entre ser e saber, que em outras épocas teve lugar nas práticas espirituais e modos de viver ligados à filosofia e à religião (Cf. HADOT, 1995/2010). O resgate dessa pertinência ontológica entre ser e saber operado pela fenomenologia, particularmente pela fenomenologia existencial de Heidegger que se detém sobre as disposições afetivas fundamentais para a apropriação e a singularização da existência, fornece à psicoterapia uma base consistente para a tematização da experiência clínica.

Nessa perspectiva, não se trata, então, de compensar a crise moderna de sentido existencial, operado com a substituição da metafísica clássica pelo modelo científico natural, recorrendo às ciências humanas para resgatar as dimensões históricas e sociais da vida humana. Essa reconstrução da subjetividade no âmbito da antropologia, das ciências sociais ou da psicologia, apenas delimita uma nova região ontológica para o sujeito humano ao lado da região da natureza, que contém os aspectos biológicos estudados sob a perspectiva das ciências naturais. Esse tipo de complementação apenas confirma as cisões metafísicas recorrentemente renovadas pela tradição. A ideia de uma complexidade da natureza humana, que deve ser abordada de forma multidisciplinar pelos diferentes modelos científicos, é muito mais um sintoma do que uma solução para o problema. A restrição regional constitutiva da ciência só pode tratar daquilo que é “perfeito” em sua essência, daquilo que é “regionalizável” e não da própria regionalização que diz respeito à essência “imperfeita” do homem.

A analítica da existência e a análise existencial clínica

Apesar de a obra *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 1927/1989) estar, frequentemente, associada à ideia de uma antropologia filosófica, nada mais distante da intenção de Heidegger do que tomar o homem como objeto de investigação em si mesmo. A analítica da existência tem por motivação, somente, preparar as condições para a compreensão do ser. Em *Ser e Tempo*, a ontologia e a ana-

lítica da existência humana se encontram entrelaçadas em uma solidariedade essencial. A compreensão do ser e a compreensão da existência apenas podem se dar de um modo próprio quando mutuamente articuladas em sua circularidade hermenêutica. Só é possível compreender o ser do homem a partir de uma pré-compreensão do ser, mas qualquer compreensão do ser já é sempre um modo de ser do homem. Esta vinculação heideggeriana entre a compreensão do homem e a compreensão do ser, não pretende subordinar o sentido do ser ao homem, ao contrário, trata-se antes de desembaraçar a compreensão do que é o homem de qualquer determinação metafísica, teológica, biológica ou psicológica. A terminologia de *Ser e Tempo*, que reserva a palavra “existência” para designar o modo de ser do homem, tem exatamente este objetivo. A expressão “apenas o homem existe” quer dizer que ele é o ente que está sempre “fora” de si mesmo, junto aos outros entes, aberto e exposto ao ser. Os demais entes, como as pedras e as plantas estão encerrados “dentro” de si mesmos, não são abertos para o mundo enquanto tal e nem capazes de iluminar a si mesmos como entes. Dizer que o ser-aí humano (*Dasein*) é “abertura” significa que ele é livre (aberto) para o ser e liberta (abre) co-originariamente o ser dos entes.

A filosofia, como compreensão do ser, não é viável como empreendimento intelectual de construção de uma representação teórica sistemática sobre a totalidade dos entes. Para Heidegger, ela só é possível como realização existencial que parte de uma apropriação desconstrutiva das condições fáticas, concretas, da vida cotidiana, para uma singularização da existência que se torna mais livre para a apropriação de sua tradição e aberta para corresponder a outras possibilidades históricas da verdade. Por outro lado, uma análise existencial clínica não se dá apenas pelo transporte das estruturas existenciais da analítica para o âmbito de alguma compreensão psicológica do homem, ela só acontece propriamente se preservar a lembrança de que o ser-aí humano é essencialmente compreensão do ser e só através dela a existência pode realizar modos mais livres e singulares de ser si mesmo. Daí, a crítica que Heidegger (1987/2009, p. 226-32) faz a Binswanger e sua “Daseinsanalyse psiquiátrica”:

A eliminação da ontologia fundamental da “Daseinsanalyse psiquiátrica” (praticada por Binswanger), justificada à primeira vista, é na verdade uma visão distorcida da relação entre ontologia fundamental e ontologia regional, que é uma premissa de toda ciência e também da psiquiatria.

A ontologia fundamental não é meramente o geral em relação às ontologias regionais, uma esfera mais eleva-

da pairando acima delas (ou um porão que se encontra abaixo) contra a qual as ontologias regionais podem proteger-se. *Ontologia fundamental* é aquele pensar que se movimenta no fundo de toda ontologia. Nenhuma delas pode abandonar o fundamento – muito menos a ontologia regional da psiquiatria como uma pesquisa que se movimenta no âmbito da essência do homem.

A fenomenologia, na elaboração de Heidegger, não é um método neutro que pode ser aplicado no âmbito das diferentes disciplinas científicas. Para ele, a fenomenologia é ontologia. Uma suposta psicologia fenomenológico-existencial que pretende utilizar as estruturas existenciais descritas pela analítica de *Ser e Tempo* – ser-no-mundo, ser-para-a-morte, cuidado – para apreender a subjetividade humana, contornando, assim, a própria questão do ser, não toca a compreensão fenomenológica do modo de ser do homem como existência. Da mesma forma que a psicologia descritiva (eidética) de Husserl é apropriada pela psicologia científica como se fosse possível dissociá-la da fenomenologia pura (transcendental), a analítica da existência de Heidegger é assimilada pela psicologia clínica que trata do sujeito, como se ela pudesse ser separada do projeto filosófico da ontologia fundamental de interpretação do sentido do ser. Os existenciais não podem ser empregados na determinação da estrutura da subjetividade, porque sua compreensão própria já implica obrigatoriamente a dissolução de qualquer apreensão da existência como subjetividade, ou seja, de qualquer representação da vida fática como algo simplesmente dado ou de qualquer separação entre homem e mundo.

Atualmente, o tipo de relação mais comum entre filosofia e psicoterapia prega a necessidade de mediação de uma psicologia como disciplina científica, no sentido moderno. A filosofia forneceria uma base conceitual ontológica, geral e abstrata, para fundamentar epistemologicamente as representações objetivas da psicologia, que, por sua vez, teriam, essas sim, aplicações práticas concretas. No caso da relação entre fenomenologia e psicoterapia esse tipo de relação distorce completamente a distinção fenomenológica entre o ôntico e o ontológico, fazendo dessa importante distinção uma cisão irreparável. O que aproximou o pensamento de Heidegger das práticas psicoterapêuticas foi, justamente, a sua compreensão radical de que qualquer forma de objetivação da existência encobre e afasta a possibilidade de uma experiência de si mesmo como poder-ser singular e próprio. O não objetivável de que trata a ontologia fenomenológica não é um mero conceito universal e abstrato que a clínica poderia deixar para

trás, diante das suas preocupações mais concretas e urgentes. Esse não objetivável é a condição ontológica das “minhas” possibilidades concretas de sofrimento ou de libertação, aqui e agora. O que parece vago e inútil para a representação da ciência e do senso comum é, muitas vezes, na clínica, aquilo que cura:

O mais útil é o inútil. Mas experienciar o inútil, isso é o mais difícil para o homem moderno. O “útil” é compreendido como o que pode ser praticamente utilizado, diretamente para fins técnicos, para aquilo que causa algum efeito, algo que eu possa administrar e com o que eu possa produzir. Deve-se ver o útil no sentido daquilo que cura [*Heilsamen*], isto é, como aquilo que conduz o homem a si mesmo. (HEIDEGGER, 1987/2009, p. 199)

O inútil do ponto de vista da eficácia produtiva e útil do ponto de vista da cura do sofrimento é a atenção ao sentido, a lembrança do ser como lembrança da diferença ontológica (a própria experiência da serenidade e da liberdade). A condição ontológica de possibilidade do sofrimento é a liberdade, mas o sofrimento implica o esquecimento dessa condição. Ele se dá como identificação, absorção por uma identidade esquecida da abertura que lhe permite aparecer. Despertar, pela atenção, a angústia ante o nada que move todo sofrimento é aquilo que cura, pois abre também, pela lembrança, a possibilidade de uma relação serena com o mistério. A experiência da diferença ontológica como liberdade e não como “nadificação” passiva ou reativa da existência.

A relação entre psicoterapia e filosofia não é, portanto, nenhum tipo de relação regional entre saberes concernentes a diferentes objetos ou recortes epistemológicos de um mesmo objeto. Não é a relação entre a filosofia como discurso filosófico e a psicoterapia como psicologia aplicada. Essa possível proximidade tem a ver com o exercício da experiência de atenção e cuidado ao não objetivável e não regionalizável de onde provém qualquer identificação. Diz respeito, assim, ao que elas têm de inútil para o mundo das ocupações e de útil para cuidar da existência no horizonte de sua imperfeição essencial.

Heidegger intitula uma preleção de 1930 como “A essência da liberdade humana: introdução à filosofia”. Colocando-se em uma perspectiva crítica sobre o seu próprio título, diz ele (2012, p. 17):

Empreender uma introdução à filosofia pela via de um tratamento da questão acerca da essência da liberdade humana, ou seja, buscar uma compreensão do *universal da filosofia* e aí escorregar para o lado de uma questão particular: este é evidentemente um intuito impossível. Pois o intuito e o caminho para a sua realização vão um de encontro ao outro.

Esta seria a compreensão usual do problema. Assim, também, mesmo que aceitemos a liberdade como a questão essencial da psicoterapia, parece se tratar de uma questão específica e concreta, de uma, entre muitas, das características humanas. Isso não justificaria uma aproximação essencial entre a psicoterapia e a filosofia, apenas uma aproximação circunstancial em torno de um tema específico, entre muitos outros, de que trata a filosofia. Mas, Heidegger desenvolve sua interpretação crítica do problema da liberdade em Kant para mostrar que a liberdade é, antes, o problema fundamental da filosofia.

Deixar o ente vir ao encontro, comportamento em relação ao ente em todo e qualquer modo da manifestabilidade só é possível, lá onde há liberdade. *Liberdade é a condição de possibilidade da manifestação do ser do ente, da compreensão do ser.* (HEIDEGGER, 2012, p. 343)

Além disso, também se trata na filosofia de uma compreensão que requisita àquele que interroga em sua existência e não somente em seu saber. O filosofar requer o exercício de uma postura mais livre com relação aos sentidos que são legados pela tradição e que regulam tanto o senso comum quanto a ciência moderna. Essa postura mais livre não está de início já dada ao homem como mera realização de alguma propriedade, filosofar é também realizar de um modo mais próprio a nossa imperfeição essencial: a liberdade.

Sob esta perspectiva de compreensão do co-pertencimento ontológico de ser e existência, a relação mais própria entre filosofia e psicoterapia não será aquela de uma mera colaboração entre disciplinas ou entre uma disciplina e uma técnica científica. Isso não significa banir do campo teórico institucional historicamente sedimentado como Psicologia Clínica os procedimentos “psicoterapêuticos” que cuidam de aspectos parciais e objetivados da existência, e,

sim, apontar que aquilo que diferencia essencialmente a psicoterapia em meio a outras práticas terapêuticas é o cuidado pela própria existência.

Ao passo que, sob a perspectiva da cotidianidade mediana, os cuidados técnicos dirigidos ao homem e ao mundo visam realizar desejos e afastar temores, assegurando o mundo das ocupações cotidianas, o cuidado psicoterapêutico busca uma compreensão suspensiva desse mundo de ocupações e, consequentemente, a ampliação da liberdade com relação aos desejos e temores que alimentam o sofrimento humano. Esse cuidado está tradicionalmente ligado às práticas filosóficas e espirituais que cultivam o exame da existência cotidiana, a meditação sobre a morte e o exercício da serenidade.

Recebido em: 14.12.2014 | Aprovado em: 19.01.2015

{Referência Bibliográfica

BOSS, M. *Angústia, culpa e libertação*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1988.

_____. e CONDRAU, G. *Análise Existencial – Daseinsanalyse: como a daseinsanalyse entrou na psiquiatria*. In: *Revista da Associação Brasileira de Daseinsanalyse*, n. 1, 2 e 4, 1997.

FERREIRA, A. A. L. *O múltiplo surgimento da psicologia*. In: *História da psicologia: rumos e percursos*, Ana Maria Jacó-Villela, Arthur Arruda Leal Ferreira e Francisco Teixeira Portugal (Org.). Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006, p. 13-46.

HADOT, P. *O que é a filosofia antiga?* São Paulo: Edições Loyola, 1995/2010.

HEIDEGGER, M. *A essência da liberdade humana: introdução à filosofia*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2012.

_____. *Seminários de Zollikon*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 1987/2009.

_____. *Ser e Tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1927/1989.

POMPEIA, J. A. *Na presença do sentido*. São Paulo: EDUC; Paulus, 2004.

SAFRANSKI, R. *Heidegger, um mestre da Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2000/2005.